

Ofício nº 066/2020-MURANO

Brasília/DF, 23 de março de 2020.

Prezados Contratantes,

A **MURANO CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.170.931/0001-33, com sede no SIA, Trecho 2, Lotes 2005/2015, 2º pavimento, Sala 301, Zona Industrial – Brasília/DF, CEP: 71200-020, vem, por meio deste, considerando o quadro de pandemia ora enfrentado pelo país, trazer ao conhecimento de Vossas Senhorias as seguintes circunstâncias:

Em que pese os esforços envidados pela empresa para manter o ritmo normal de suas atividades, temos que, frente ao crescente surto de *COVID-19 (Coronavírus)* e em razão das medidas preventivas adotadas pelo governo a fim de coibir a disseminação da doença, a execução dos contratos firmados pela MURANO junto à administração pública está sendo de sobremaneira afetada.

Dentre outros aspectos, são algumas das dificuldades que desde já despontam:

- *Diversos dos fornecedores optaram por suspender o funcionamento de seus estabelecimentos ou foram forçados a fazê-lo em virtude de decretos locais;*
- *Os fornecedores que mantiveram as suas atividades, parcial ou integralmente, já acusam a insuficiência de estoque para atender à demanda de insumos; e*
- *Para os materiais de origem estrangeira, isto é, que dependem de importação, o cenário é ainda mais gravoso, haja vista que a adoção da quarentena está sendo recomendada a nível mundial e países como os Estados Unidos e a China, que são os principais propulsores da economia em tal sentido, figuram também como os locais mais afetados pela pandemia, alterando assim a dinâmica internacional de produção e escoamento dos referidos bens; e*
- *Em escala mais próxima, ademais, os funcionários da empresa que fazem parte dos grupos de risco, tais quais aqueles que apresentaram sintomas compatíveis com*

[2]

os ocasionados pelo vírus, estão sendo imediatamente afastados de suas funções como medida de segurança;

- Aos colaboradores que permanecem no exercício regular de suas atividades, por outro lado, questões de ordem prática são os empecilhos, a exemplo da paralisação de parte dos meios de transporte público que são essenciais ao deslocamento daqueles até os locais de prestação dos serviços;

- Além disso, considerando que a sede da empresa está instalada em Brasília/DF e que nesta Capital o Governador determinou a suspensão das atividades de quase todos os segmentos – à exceção dos essenciais – a Contratada também foi forçada a dispensar o comparecimento presencial da sua equipe administrativa no final da última semana, estando em adaptação ao regime de teletrabalho;

- Ao fim, parte dos fiscais e gestores dos contratos ora executados pela empresa estão temporariamente afastados das suas funções normais, o que dificulta o desenvolvimento dos serviços – especialmente quanto aos aspectos que dependem das decisões e do acompanhamento do órgão – bem como a entrega das ordens já finalizadas.

Portanto, não obstante a empresa esteja lançando mão de todas as medidas que estão ao seu alcance para que os serviços não restem completamente paralisados, é certo que as ditas circunstâncias ocasionarão, no mínimo, a diminuição do ritmo de execução das demandas.

Nesse sentido, cumpre lembrar que a Lei 8.666/93 autoriza a prorrogação dos prazos de início, conclusão e entrega dos serviços continuados desde que, sendo devidamente autuada em processo, decorra de um ou mais dos seguintes motivos:

Art. 57. [...]

§1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Ante todo o exposto, com fulcro no artigo 57, §1º, inciso II, da Lei 8.666/93, a MURANO CONSTRUÇÕES LTDA., certa da compreensão de Vossas Senhorias quanto ao delicado momento vivenciado pelo país, requer sejam suspensos, a partir da presente data, todos os prazos contratuais então estabelecidos entre as partes – notadamente no que diz respeito à execução e à



[3]

entrega dos serviços, estejam eles em curso ou na iminência de serem iniciados – até que a situação se normalize pela contenção da narrada pandemia.

Atenciosamente,

MURANO CONSTRUÇÕES LTDA.

Por seu representante legal

Hudson Marcelo Amaral de Souza

